

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 856.750 - SE (2016/0032910-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : SOLANGE OLIVEIRA CRUZ
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE MELLO CARDOSO LIMA - SE004176
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO
ADVOGADO : RENATA MONTALVÃO DE AZEVEDO CARRERA E
OUTRO(S) - SE006225

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SOLANGE OLIVEIRA CRUZ contra decisão que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, e que desafia acórdão assim ementado:

Apelação Cível - Dano moral decorrente da suspensão no fornecimento de água por três períodos diversos, num total de 20 (vinte) dias - Conjunto Rivalda Silva Matos, na cidade e Simão Dias - Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada - Requerimento de perícia - Livre convencimento do Juiz - Destinatário da prova - Mérito - Reparação devida - Teoria objetiva - Risco administrativo - Art. 37, § 6º da CF/88 - Constatação dos elementos da Responsabilidade Civil - Ausência de comprovação da comunicação prévia da suspensão no abastecimento - Dano moral presumido - Pleito de redução do *quantum* indenizatório - Retificação do *quantum* para R\$ 500,00 (quinhentos reais) - Precedentes - Sentença modificada de forma pontual - Recurso conhecido e provido em parte - Unanimidade.

No especial obstaculizado, o ora agravante apontou violação dos seguintes dispositivos legais: art. 535 do CPC/1973, arts. 944 do CC e arts. 14 e 34 do CDC. Aduziu a responsabilidade objetiva e a possibilidade de revisão da indenização por danos morais quando fixado *quantum* irrisório, como no caso. Ressalta que ser "realmente franciscana a fixação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) no valor global sem considerar à indenização a medição de sua extensão e a idade do recorrente que teve que se submeter a vários trabalhos forçados para ter um pouco de água em sua residência, mesmo estando em dias com suas obrigações com a recorrida que nem seque se deu o trabalho de informar ou justificar a falta de água na residência do recorrente."

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ante a inexistência de afronta ao art. 535 do CPC/1973 e emprego da Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 200/205).

Na presente irresignação, a agravante alega, em resumo, que "houve flagrante ofensa" aos artigos tidos por violados e rebate o referido óbice sumular (e-STJ fls. 208/215).

Sem contraminuta.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele

prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado 2).

Considerado isso, cumpre ressaltar que o Tribunal de origem, ao examinar os pressupostos de admissibilidade do recurso especial, fundado na alínea "a", do permissivo constitucional (art. 105, III, "a", CF), deve verificar se o acórdão contrariou dispositivo de lei federal ou negou-lhe vigência, o que corresponde, na realidade, à análise do próprio mérito da controvérsia, não havendo se falar, portanto, em usurpação da competência desta Corte de Justiça.

De outro lado, nos termos do disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, o agravante deve atacar especificamente todos os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles. Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 748.670/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 24/11/2015; AgRg no AREsp 700.751/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 28/09/2015.

Ressalto que a Corte Especial do STJ ratificou o entendimento anterior firmado sob a égide do CPC revogado acerca da necessidade de o recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos constantes da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, a qual não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige sua impugnação total (EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018).

No caso dos autos, o agravante não se desincumbiu de infirmar os fundamentos impeditivos de seguimento do especial, notadamente os que levaram à ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, em evidente desrespeito ao princípio da dialeticidade.

Convém ressaltar que, no tocante à suposta ocorrência de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, é exigível da parte que especifique quais seriam as questões que eventualmente deixaram de ser adequadamente enfrentadas pelo Tribunal de origem e, principalmente, a sua relevância para o resultado da demanda, o que não ocorreu no caso.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial. Sem majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator